

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

GUERREIRO RAMOS

CONDIÇÕES SOCIAIS
DO
PODER NACIONAL



RIO DE JANEIRO — 1957

Aula inaugural do Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 22 de março de 1957, no auditório do Ministério da Educação e Cultura

NÃO podem as ciências sociais, como a sociologia, a economia e a ciência política, esgotar os aspectos do problema nacional na forma em que êste se apresenta em um país como o Brasil. Há, nesse problema, ao menos um aspecto para o qual são míopes aquelas ciências. Refiro-me ao que só se revela na perspectiva dos valores e de uma ontologia da existência histórica. O Brasil chega, atualmente, ao limiar de um modo de ser que, em todos os tempos, tem sido o dos povos eminentes.

Consciente da limitação da sociologia ao focalizar a questão do poder nacional, procurei entregar-me a uma meditação, abrindo-me sem reservas a tôdas as virtualidades do processo atual do Brasil, com o intuito de retirar-vos da maneira habitual de tratar o tema e realizar convosco o que chamaria de verdadeira "experiência" no domínio dos valores.

Vou tratar do poder nacional, colocando-vos diante da opção radical que se impõe com respeito ao destino da comunidade brasileira.

Contudo, em virtude da minha condição de sociólogo, acho-me obrigado a fundar as considerações de ordem axiológica e ontológica que a seguir

farei, em um exame sociológico prévio, que fornecerá o suporte sôbre o qual apoiarei o essencial desta preleção.

*

* *

O tema do poder nacional assume, entre nós, nos dias correntes, grande atualidade. Para corresponder a essa atualidade, é necessário tratá-lo fora dos quadros simplesmente jurídico-formais e colocá-lo em têrmos dinâmicos, isto é, como algo em transformação, condicionado por fatores que variam historicamente.

A fim de abreviar a discussão conceitual que o assunto comporta e que nos poderia levar muito longe, aceitemos a definição de Max Weber, segundo a qual o poder é "a oportunidade que possui um indivíduo, ou um grupo, de impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência de outros que dela participam". Essa vontade não é, porém, arbitrária e só permanece dotada de aptidão coercitiva enquanto assegura a efetivação das possibilidades contidas em uma etapa social determinada, e permanece fundada nos valores e fins pressupostos pela ação comunitária.

Em formas diferentes, o poder é um ingrediente inseparável de tôda sociedade. Onde quer que haja convivência humana socialmente organizada, registram-se necessariamente relações de subordinação e superordenação, as quais diferenciam os que exercem o poder dos que lhe são submetidos. O poder é,

assim, um fato ordinário na vida dos povos, quer os não letrados, quer os chamados povos históricos. Não é, porém, nosso propósito descrever em tese e abstratamente as diferentes formas de poder. Vamos considerá-lo em sentido lato e em modalidade histórica específica, a que apresenta nas comunidades organizadas como nação. Tal é o poder nacional, que pode ser identificado com o que Karl Mannheim chama de "corpo político", operadas nesta noção as retificações que adotaremos. É o poder nacional o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país; de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas. Para precisar ainda mais os limites do nosso tema, vale observar que focalizaremos em seguida o poder nacional em suas variações históricas na sociedade brasileira, assinalando, em cada caso, os seus suportes concretos.

A matéria de que vamos tratar pode, assim, ser desdobrada nas seguintes perguntas: como tem variado historicamente, no Brasil, o substrato do poder nacional? Quais são os novos termos desse poder no Brasil atual? Que objetivos devem procurar alcançar os atuais titulares do poder nacional, tendo em vista as particularidades históricas do Brasil e do mundo?

Isto pôsto, procuremos responder à primeira pergunta.

O poder nacional, em país de base extensamente agrária, como foi o nosso até recentemente, apre-

sentava características muito peculiares. As condições econômicas e demográficas, a rigor, não possibilitavam a existência de um poder nacional, uma vez que impediam concretizar-se no País, como experiência comunitária, a categoria de nação. Não se devem confundir ficções jurídicas com realidades sociológicas. O Brasil, ao proclamar-se independente em 1822, adquiriu a *forma* nacional. Todavia, em relação à sua anterior situação de colônia de Portugal, o seu novo "status" representava apenas mudança de grau. A independência era realmente uma promoção, promoção que não alterava, no entanto, a natureza da situação histórica, e simplesmente conferia requisito formal importante, que permitia, como já disse alguém, render a guarda política do nosso território, mas não a sua guarda econômica. As diferenças entre a *pax lusa* e a *pax britânica*, ou entre esta e a *pax yankee* têm sido apenas diferenças de grau. O poder, entre nós, esteve, com exclusividade, nas mãos dos proprietários de terras, quando não havia no país senão um sistema ganglionar de unidades de produção desarticuladas e auto-suficientes. Em tais condições, não havia vontade popular, não se podia formar o que Rousseau chamava de "vontade geral". O sustentáculo do poder eram as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional. O exercício do poder supostamente nacional, por esse tipo de classe dominante, teria forçosamente de ajustar-se à respectiva estrutura econômica e social. Seu objetivo era, internamente, o de assegurar o predomínio dos fazendeiros, aos quais cabia explorar o nosso território, organizando-o como uma área

complementar da economia dominante e, externamente, manter o Brasil como espaço paroquial no âmbito controlado pela nação eventualmente hegemônica no Ocidente. Não havia, aliás, para o Brasil outra maneira de integrar-se na história universal, senão começando por ser uma região periférica do Ocidente. Eis porque a análise objetiva de nossa evolução reconhecerá o significativo acervo de realizações positivas que devemos à antiga classe dominante. Desde a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, até a década de 1920, essa classe cumpriu a sua missão, não raro com admirável senso de oportunidade. Desde o episódio da abertura dos portos, soube frequentemente tirar o melhor partido das conjunturas históricas de que foi contemporânea; atendendo aos seus interesses, defendia os interesses do Brasil, durante o período em que êste não pôde ser senão um país essencialmente agrícola. Longe de nós a concepção espontaneísta da evolução, que confunde o acontecido com o inevitável, ou justifica èticamente todo fato consumado. É claro que, se pormenorizarmos a indagação, surpreenderemos aquela classe nem sempre aproveitando a melhor oportunidade que os fatos lhe ofereciam ou em várias posturas mediócras e histriônicas, mesmo levando-se em conta o momento em que se verificaram. Objetivamente, e a longo prazo, porém, o sentido geral de sua trajetória coincide com o da tendência dominante do processo de que participava. Graças à sua capacidade empreendedora e à sua imaginação, um espaço históricamente vazio como o nosso adquiriu um simulacro de personalidade nacional que o ha-

bilitou a comparecer ao mundo na mais egrégia forma a seu alcance. Certamente, em não pequena margem, o mundo de que fazíamos parte nos constituía de modo reflexo, ou nos punha na feição que tomávamos, como o Eu de Fichte põe o Não-eu. Mas, apesar disso, não faltou iniciativa criadora àquela classe dominante, sobretudo onde havia espaço aberto à sua liberdade, o que se deu principalmente no domínio da organização política do País. Se a nossa situação econômica em tal fase, estritamente condicionada pelo comércio exterior, limitava nesse domínio a capacidade de interferência daquela classe, reduzindo-a à função de mera intermediária da exploração colonialista, já na organização política do País, sua ação foi tão criadora quanto permitiram as circunstâncias. Sua participação em acontecimentos como o Fico, o Sete de Setembro, a Abdicação e sua atuação durante a Regência e o reinado de D. Pedro II contribuíram decisivamente para preservar a unidade do nosso território e obter um alto grau de integração das numerosas facções que ameaçavam essa unidade. E, em seu período tardio, o da Primeira República, a classe dos fazendeiros, depois do interregno de 1889-1894,— época, em certo sentido, sem fisionomia,—soube reconquistar as funções dirigentes e exercê-las até 1930 com suficiente representatividade.

O que sociologicamente é relevante, porém, é assinalar que, durante o período de dominação dos fazendeiros, o Brasil foi um país sem povo. Mesmo a observadores desarmados de categorias sociológicas foi fácil fazer essa observação. Já na fase co-

lonial, o padre Antônio Vieira dizia: “cada família é uma república”. E Simão de Vasconcelos confirmava: “nenhum homem nesta terra é repúblico”. O francês Louis Couty escrevia em 1882 que “o Brasil não tem povo”. Observação que Sílvio Romero fez sua em 1907. Outro estudioso seguro, Alberto Tôrres, declarava, em 1914, que no Brasil “a sociedade não chegou a constituir-se”. Não se pode duvidar que são perfeitamente exatas essas verificações. País sem mercado interno, sem sistema nacional de transportes e comunicações, apresentando manchas demográficas separadas por largos tratos de terras desabitadas, não podia ter povo. O que garantia a unidade política na dispersão dos nossos aglomerados humanos era o compromisso entre os chefes locais. Não éramos uma nação, pois a nação não se configura historicamente sem a sua substância que é o seu povo. O Brasil, em tais condições, definia-se como um país cuja lei estrutural básica era a da complementaridade. A complementaridade, como verdadeiro princípio ordenador ou configurativo, como fato social total, permeava todos os níveis de nossa existência. Economicamente integrávamos um sistema de divisão internacional do trabalho, em que o papel que nos competia era o de satisfazer a demanda externa. Socialmente, não possuíamos classes diferenciadas, desempenhando aqui as oligarquias de proprietários de terras o papel de seção descentralizada da área hegemônica do capitalismo no mundo. Política e culturalmente, refletíamos a alienação que afetava nossas relações de produção. Eis aí os termos

do que chamamos complementaridade. O caráter complementar nos vinculava necessariamente a esquemas de integração internacional como os que têm sido chamados de lusitanidade, latinidade, pan-americanidade e ocidentalidade, nos quais se reflete aquêlê traço.

A recente formação de um mercado nacional, na medida em que está imprimindo sentido centrípeto à vida brasileira, contribui para a superação da etapa complementar. Implica não apenas uma transformação qualitativa de nossa infra-estrutura econômica, mas também, em consequência, uma alteração no esquema de convivência das classes sociais. A despeito de sua aparência, o Brasil, nestes últimos vinte e cinco anos, vem mudando de conteúdo.

*

* *

Devemos responder, agora, à segunda pergunta que, de início, fizemos. Essa resposta contém um ponto decisivo desta exposição: a principal alteração de estrutura, resultante da formação de um mercado interno, diz respeito ao substrato do poder.

O fato importante a ser ressaltado, nesse particular, é que os antigos titulares do poder, os proprietários de terras, perderam as suas posições dominantes na sociedade brasileira em proveito de novos titulares. Formou-se uma população obreira e uma burguesia empreendedora, cujos interesses dependem do consumo interno, e que, compondo a matriz de um verdadeiro povo, constituem hoje a maior fôrça

política do Brasil. Surgiu, portanto, um novo substrato de poder. E, se as alterações de forma, apesar desta radical mudança de fundo, não têm sido de envergadura, isso não quer dizer que as instituições não tenham mudado de sentido. Mudaram efetivamente. Temos, por exemplo, um regime que se proclama presidencialista. Ocorre, no entanto, uma “parlamentarização” do regime, de que não se tem ainda uma consciência mais lúcida e sistemática, como seria de desejar. Entendemos por “parlamentarização” do regime o incremento da participação popular na direção da sociedade brasileira. Durante a fase de domínio dos proprietários de terra, o nosso Executivo era forte. Quem o controlava dominava o País. O Executivo influía nas eleições e seus candidatos eram invariavelmente eleitos. Apoiado nesse poder, e comandando uma constelação de grandes e pequenos coronéis, distribuídos segundo sua importância pelos níveis da Federação, do Estado e do Município, Pinheiro Machado, do Morro da Graça, nesta Capital, decidia da sorte de candidatos ao Parlamento nas mais longínquas regiões do País. Na memória de muitas pessoas vivas, ainda estão os fatos da época do caudilho gaúcho. No Congresso da primeira República, os parlamentares, em sua esmagadora maioria, não podiam apoiar-se no corpo eleitoral, predominantemente constituído de cidadãos politicamente mudos e que compunham clientelas facilmente manipuladas por chefes locais. Com o concurso destes e por meio do contróle do mecanismo de apuração de votos, a classe dominante conseguia sempre um Congresso dócil aos seus intentos. Não sem motivo, uma das reivindicações mais

importantes do credo civilista, da década de 1910 e dos revolucionários de 1922 e 1924, foi a eliminação da fraude nas eleições. Contudo, o sinal mais eloquente de que o sistema deixara de funcionar encontra-se nas eleições gerais de 1950, em que se verificou derrota de candidato do Executivo, acontecimento sem precedente em nossa história. Dessa data em diante, as vicissitudes políticas por que temos passado exprimem o fenômeno da translação de poder para os órgãos que veiculam a vontade popular. Em nossos dias, grande parcela de poder está no Congresso e nas ocasionais agências de cunho popular que se formam mais ou menos espontaneamente nos momentos de crises agudas. Nunca, no Brasil, o Congresso teve tanto poder quanto hoje em dia virtualmente possui, embora sua força efetivamente exercida seja proporcionalmente menor que o seu poder real. Isso se dá em virtude de suas precárias condições ideológicas. O Congresso Nacional não poderia deixar de refletir em seu nível ideológico a escassa integração dos partidos nas massas eleitorais do Brasil. Para corrigir essa carência, será necessário não só operarem os partidos como agremiações capazes de traduzir em programas consistentes as aspirações populares, mas também terem a capacidade de mobilizar a manifestação pública das tendências da coletividade, nos momentos em que os processos parlamentares habituais não sejam adequados para exprimi-la. Colabora, além disso, para compor o panorama de desorganização da opinião popular, a estrutura sindical vigente, tãda ela marcada por um vício de origem: o de ter sido outorgada pelo Estado, im-

plantada de cima para baixo, propiciando a formação de uma burocracia sindical parasitária, de que o peleguismo é a consequência mais notória. Tudo isso impede a representação autêntica das aspirações do proletariado.

Neste quadro, sumariamente descrito, integra-se de maneira lógica a conduta do Exército. Há que fazer tãda uma sociologia do Exército, a qual mostrará que essa instituição, de raízes tão profundas no seio do povo, sai invariavelmente de sua posição discreta, tãda vez que a comunidade brasileira, por incapacidade temporária das instituições civis, fica exposta a um desvio em sua evolução. As peculiaridades sociais da formação do Exército no curso de nossa história, fizeram-no uma instituição diretamente aberta às autênticas tendências políticas da coletividade. A sensibilidade política do Exército é uma virtude saudável da estrutura do País. Por isso o grau de politização que o Exército atualmente manifesta dá a medida da crise de desenquadramento institucional em que se encontra a opinião popular. Essa crise só poderá ser conjurada quando o Congresso coincidir ideologicamente com o mandato que o instaurou, e os partidos, o aparelho sindical e demais instrumentos de expressão da vontade do povo, se penetrarem do novo sentido da evolução brasileira.

A falta de coincidência entre as condições subjetivas dos atuais titulares do poder e o sentido real do processo brasileiro compõe uma situação dramática. Com efeito, a essência de tal situação consiste precisamente no desencontro entre a consciência subjetiva que têm os personagens dos seus papeis e a

teleologia objetiva do processo a que estão presos. A dramaticidade dêsse fato se percebe menos no meio popular do que na esfera das camadas dominantes. Há um aspecto dêsse desencontro para o qual desejamos chamar a atenção: existe, hoje, no Brasil uma nova classe dominante que ainda não se tornou classe dirigente. Que significa isto? Explicamos. Aquêles que foram levados por um processo vegetativo de crescimento ao centro de decisão da sociedade brasileira constituem a classe dominante. Tècnicamente, tal classe merece ser chamada dominante pela posição que ocupa. Para tornar-se, além disso, verdadeiramente dirigente, precisa, no entanto, adquirir a consciência das necessidades orgânicas da sociedade, na fase em que se encontra o seu processo. O que define a classe dirigente, portanto, é a coincidência entre a sua compreensão subjetiva e o sentido objetivo imanente ao processo que a sustenta no poder.

Repetindo: há, hoje, no Brasil uma nova classe dominante, que ainda não se tornou classe dirigente por carecer da consciência das necessidades orgânicas da sociedade brasileira em sua fase atual. Quer isso dizer que a fôrça política e o poder econômico estão nas mãos de pessoas jurídicas e físicas que, em larga escala, não têm consciência sistemática do projeto pressuposto por sua condição. É certo que isso acontece em tôda parte nas épocas de transição, quando uma classe recém-constituída toma no poder o lugar de outra mais antiga. Nestas considerações não se contém nenhuma imputação de incapacidade àquelas pessoas. A consciência

de classe forma-se na prática, depende de fatores objetivos e seu amadurecimento está em grande parte fora do alcance da deliberação individual. Todavia, não é por falta de condições concretas que atualmente se verifica a mencionada insuficiência de nossa classe dominante, que decorre, entre outros, de dois motivos. Deriva, em primeiro lugar, da grande rapidez com que se operou a transformação material do País nestes últimos vinte e cinco anos. Há pouco mais de um quarto de século não se tinha configurado o nosso mercado interno e era incontrastável o domínio das oligarquias de proprietários de terras, os quais, tendo um passado relativamente longo, puderam adquirir agudo senso dos seus interesses. Graças ao processo dos últimos vinte e cinco anos, o Brasil está em vias de tornar-se, no tocante à composição da renda nacional, um país secundariamente agrícola e predominantemente industrial. A nova classe que se está formando, por força desta rápida mudança, ainda não teve tempo de amadurecer ideologicamente. Vive os seus empreendimentos de maneira tópica e sente em caráter imediato as suas vicissitudes. São raros os Robertos Simonsen, capazes de se sobreporem à contingência de seus negócios particulares para alcançar a percepção do sentido geral do processo econômico de que são simples elementos. Essa debilidade ideológica dos que detêm o poder econômico propaga-se ao domínio governamental e político-partidário, levando a nação a uma atitude timorata, a realizar medidas e a adotar diretrizes aquém de suas efetivas possibilidades.

O segundo motivo que desejamos sublinhar con-

siste em que a transição por que o país está passando tem sido provocada por fatores deflagrados, em grande escala, à nossa revelia. O desenvolvimento do país, provocado, em ampla margem, por conjunturas internacionais, tem sido um desenvolvimento reflexo e não autocomandado. A lei do reflexo se tem feito sentir tão imperiosamente em nossa economia que chegou a nos ditar providências, como a queima do café, cuja oportunidade e lógica, embora impecáveis do ponto de vista do mais refinado raciocínio de ciência econômica, representam uma sabedoria que foi fruto do imediatismo e da improvisação. Ora, é bem de ver que êsse tôsko espontaneismo não poderia ter contribuído para a elaboração de uma consciência de classe.

A lógica do atual processo brasileiro confere à nova classe dominante um poder que ela subexerce e subutiliza, por isso que ainda não é dirigente. A recente irrupção do povo em nossa história instalou na comunidade brasileira entre o Estado e a sociedade uma tensão que os nossos antepassados não conheceram. Essa, a novidade radical do nosso presente, que torna imperiosa a redefinição do poder nacional. O Brasil superou, nos fatos, a complementaridade de outros tempos. Não é mais um espaço sem história. Gerou-se dentro do País um processo de desafios e respostas que o transforma numa comunidade histórica dotada de aptidão autoconformadora. Estamos vivendo o momento em que se tornou real a sociedade brasileira. Com efeito, entre nós, a sociedade não existia até há pouco tempo. O seu surgimento é,

assim, um fato tardio, recente, de que somos contemporâneos.

Suspendamos a compreensão corrente da palavra "sociedade" e examinemos a questão mais detidamente. Para mostrar a legitimidade do uso da palavra no sentido em que a empregamos, vamos invocar a autoridade de alguns mestres da sociologia. Hans Freyer observou que a sociedade surge na Europa com as revoluções burguesas, quando o Estado salta em pedaços e se torna incapaz de conter o *terceiro estado*, ou seja o povo. Antes dessas revoluções, o Estado é o sujeito exclusivo do acontecer histórico. O povo lhe toma êsse lugar, fundando então a sociedade, enquanto ordem de gravitação independente, a qual, por sua lógica própria, passa a condicionar os movimentos do Estado. A palavra "sociedade", observa Landshut, é empregada pela primeira vez, na Alemanha, por Lorenz Von Stein (1842) para designar a conexão dos problemas de liberdade, igualdade e personalidade, problemas que surgem na medida em que o Terceiro Estado adquire vontade política, isto é, se transforma numa força para si. Mais ou menos a mesma coisa é dita por Bluntschli. Meditemos nas definições de "sociedade" de dois entre os sociólogos alemães que melhor examinaram o assunto: Lorenz Von Stein e Treitschke. Para o primeiro, a "sociedade" é a ordem dos homens, determinada pela repartição dos bens e pelo trabalho entre êles. Diz Von Stein: "o lugar de cada um no sistema de relações sociais de dependência, aparece à sua consciência sob forma de interesse. O interesse é, portanto, princípio motor da sociedade". Treitschke

define a "sociedade" como "o sistema de múltiplos esforços isolados dos membros do povo, aquela rêde de dependências de tôdas as classes que surgem pelo intercâmbio". Ora bem, isso quer dizer que o Estado pode preceder a sociedade, exercendo, enquanto esta não se forma, o papel de sujeito do acontecer histórico-social, como aconteceu no Brasil. Em nosso País, o Estado foi uma espécie de artefato sociológico, montado sôbre o nosso território, para coonestar e tornar possível o exercício do poder pela antiga classe dominante e lhe permitir o desempenho de funções tutelares. Não pretendemos estar revelando nada de inconfessável ou extraordinário, pois neste sentido são inequívocas as declarações de um dos mais esclarecidos líderes do Império, o Visconde do Uruguai, em seu "Ensaio sôbre o Direito Administrativo".

A realidade contemporânea, no entanto, é completamente outra.

Hoje, já existe no Brasil sociedade, já existe povo, e êsse fato inédito funda historicamente a nação brasileira. A nação, de forma jurídica fictícia que era, passa a ser uma realidade concreta, lastreada numa experiência popular coletiva. O Estado não mais opera num vazio histórico. Agora é condicionado pela sociedade. Os têrmos da dinâmica do poder modificaram-se desde que o povo brasileiro saiu do limbo histórico em que se encontrava. Somos contemporâneos dessa inovação essencial e tal contemporaneidade nos coloca diante de uma missão fundadora que nenhuma geração antes de nós jamais teve que emprender. Viver êste momento de nossa existência tor-

nou-se alguma coisa de grave, pela exigência de responsabilidade. Vivemos atualmente, na sua essência, de uma maneira distinta, objetivamente distinta, do modo como viviam os que nos antecederam. O uso habitual da palavra nação no passado e no presente não deve escamotear o sentido novo que acaba de adquirir. A conversão de um espaço geográfico à forma nacional é comparável ao fenômeno do nascimento de uma cultura. Sob nomes diversos, êsse fenômeno tem sido estudado e descrito em suas características constitutivas. A nação, como unidade histórica dotada de sentido ou como campo inteligível, nada mais é do que a forma particular de uma configuração espaço-temporal que surge onde quer que um agrupamento humano se alce da existência bruta à existência significativa, da condição puramente natural à condição histórica, de um modo de ser inferior a outro superior. Na situação de dependência colonial um povo não tem história. Só a partir do instante em que fatores objetivos permitem a liquidação dessa dependência é que passa a ter possibilidade de viver na dimensão histórica. Essa possibilidade, no entanto, não se efetiva espontaneamente. O modo histórico de coexistência sobre um espaço concreto não resulta simplesmente de uma transformação vegetativa, como a econômica, por exemplo. Postas as condições que a assegurem, a sua emergência só se verifica em virtude de uma opção. É uma escolha de caráter axiológico, é o esposar de um valor, que transmuta em comunidade histórica a mera convivência de pessoas em um território. Eis porque a revolução nacional no mundo contemporâneo se distingue daquelas transformações que, no princípio

do século XIX, deram em resultado a mera obtenção de independência política, como ocorreu na América Latina. Da revolução nacional resulta, hoje em dia, a conquista de um desempenho histórico independente.

No estado atual, o processo brasileiro só nos apresenta uma alternativa, bastante clara. Um dos caminhos é a complementaridade. Com efeito, o processo pode ser orientado no sentido de manter o caráter complementar do País. Trata-se da escolha que aparentemente implica menos riscos e que ainda oferece probabilidades imediatas de razoável expansão material. Todavia, essa expansão, nem a longo, nem muito menos a curto prazo, é suscetível de eliminar a nossa condição de proletariado externo do mundo ocidental. Se quiséssemos exprimir em forma lógica o pressuposto básico dessa escolha, iríamos encontrá-lo numa concepção quietista do mundo, numa ideologia imobilista, que considera infame e diabólica qualquer tentativa de modificar a composição de forças atuantes em nosso tempo. Invocam-se, para demonstrar a inevitabilidade dêsse primeiro caminho, argumentos de geopolítica, e um parentesco, uma afinidade, uma *philia* cultural entre nós e determinado bloco de países. Invoca-se até mesmo o concurso de certa ciência econômica, ilustrando assim a incidência de uma verdadeira psicologia da complementaridade. No entanto, é a ciência, e não um pensamento tendencioso, que revela a motivação ideológica de teorias que isolam ou superestimam fatores como o geográfico ou o cultural, desligando-os da totalidade histórico-social de que são simples aspectos di-

nâmicos. Quanto à economia, seremos os últimos a menosprezar a sua capital contribuição como instrumento da ação previsora do homem. Cabe, no entanto, fazer alguns reparos sôbre as funções de aconselhamento que a ciência econômica exerce no tratamento da questão nacional. De início, fique clara esta primeira afirmação: *todo aconselhamento baseado numa ciência econômica que considere definitiva a situação de complementaridade entre a economia dominante e sua periferia, revela, por isso mesmo, a sua intenção ideológica e conseqüentemente alienada, do ponto de vista dos países da periferia.* Não há negar que as correntes universitárias da ciência econômica de tradição clássica, de modo geral, estiveram sempre marcadas por uma nota inequívoca de aulicismo. O profissional treinado nos processos de análise sociológica hoje facilmente discerne a nota áulica na economia universitária dos países dominantes a cujo prestígio envolvente ficam expostos muitos economistas de países periféricos. Tal subserviência resulta de um inadmissível conceito de neutralidade que não se dá conta do condicionamento histórico-cultural das interpretações econômicas, do *a priori* existencial que inevitavelmente preside a tôda produção de idéias. Isso não implica em negar, de plano, a validade da economia universitária, mas em reconhecer a sua utilidade como subsídio. Precisamos compreender que o problema do desenvolvimento econômico de um país periférico envolve uma opção radical, cuja validade deve ser apreciada na esfera dos valores, e que transcende, por isso mesmo, a mera indagação econômica. Tal

opção é um ato existencial oriundo da vontade de cada cidadão em relação ao que concebe como projeto para o seu país, e que encontra a sua expressão em um gesto eminentemente político, gesto êsse que se realiza segundo um critério de urgência e de imperiosidade ao qual a ciência econômica é, por natureza, insensível.

Devemos, agora, tratar do outro termo da alternativa, no atual processo brasileiro. Trata-se da conquista de um desempenho histórico independente. Êsse é o caminho mais árduo e mais eminente. Custa duras penas, mas nada tem de utópico, uma vez que está esboçado objetivamente na vida brasileira na forma do que, em linguagem técnica, se denomina uma *praxis* coletiva, isto é, um comportamento popular comandado por uma motivação concreta. Essa *praxis*, fundamento do nacionalismo, é uma vivência comunitária inexistente em períodos anteriores, que revela e anuncia a constituição de uma base histórica para a emergência do ser nacional. Alguns episódios do nosso passado, como a luta contra os holandeses, a revolta do Maranhão, a guerra dos “emboabas” e a dos Mascates, a revolta de Vila Rica em 1720, a Inconfidência Mineira, as lutas pela Independência, o movimento indianista em nossa literatura, foram mais expressões de nativismo do que pròpriamente de nacionalismo. Embora tenham sido sadias manifestações de amor à terra, não poderiam jamais lastrear o gesto configurador de uma nação que assume a sua plenitude histórica. As gerações não fazem a história como desejam, mas como o permitem as circunstâncias, e estas não permitiram a

nenhum daqueles episódios transcender o seu significado nativista, ou estritamente patriótico. O nacionalismo é mais do que o amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam. É tudo isso e o projeto de elevar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama um "ser para si". Na verdade, êsse projeto já está implícito na vida brasileira. Nossas massas populares sentem-se conclamadas menos por imagens de retórica do que por números, tabelas e tudo quanto signifique diretrizes e programas liberadores da nossa dependência econômica. As massas estão comprometidas numa ampla tarefa de substituição de valores e produtos externos por internos, tarefa na qual a substituição de importações é mero pormenor. Houve tempo, neste país, em que espíritos beneméritos pretenderam criar uma consciência nacional, pelo esclarecimento, pela exortação, pelo exemplo, e não o conseguiram. E porque não o conseguiram? Porque carecíamos da base histórica a que nos referimos. Uma consciência nacional não se outorga, não se dá a um povo, por um gesto munificente, uma consciência coletiva. Ela se forma modestamente, na prática, na luta e na decepção. Um dos fatos atualmente mais auspiciosos em nosso país é a "rebelião das massas", a inquietação das massas, o mandato das massas. Êsse mandato, exaustiva e incondicionalmente assumido, é o cometimento supremo que instalará a comunidade brasileira na apropriação do seu ser, e que promoverá a ascensão da consciência nacional do seu estado ingênuo para o seu estado crítico. Não se trata de cometimento que possa ser rea-

lizado por um herói, um predestinado, um iluminado. Embora não sejam desprezíveis as qualidades e os dons extraordinários dos que exercem funções públicas eminentes, êsse cometimento é essencialmente emprêsa cooperativa de todos aquêles que estão em posição de liderança, de direção e que receberam a delegação das massas. Eis porque é da maior gravidade o que se passa no domínio da liderança e da direção da sociedade brasileira.

*

* *

Formulemos, neste momento, a pergunta: — Que objetivos devem procurar alcançar os atuais titulares do poder nacional, tendo em vista as particularidades históricas do Brasil e do mundo?

Jamais poderemos levar a bom têrmo o nosso processo de emancipação, se as instâncias do poder, em suas mais diversas modalidades, forem apenas receptivas ao que se contém de possibilidade material nesse processo, e não sentirem a exigência ética nêle incluída, isto é, o seu conteúdo de valor. Na medida em que tais instâncias de poder pautarem sua ação em critérios correspondentes ao que aqui temos chamado de complementaridade, estarão não só embaraçando o processo de emancipação, como desvirtuando-o, degradando-o. Um país que mudou o sinal de sua evolução requer necessariamente uma redefinição dos critérios utilizados por suas instâncias de poder. Poderíamos aproveitar o ensejo para, a título de exemplo, falar da noção de segurança nacional. Os

critérios da segurança nacional não são estáticos, fixos, mas variáveis históricas que refletem as alterações de forma e conteúdo por que passa cada país. Uma coisa é a segurança nacional de um país de caráter complementar, outra é a de um país que começa a pretender o autocomando do seu processo. Esse é o aspecto mais delicado do nosso tema. Todavia, acreditamos que nenhuma das considerações seguintes poderá ser levada à conta de crítica desarrazoada e negativista. A primeira de tais observações é esta: num país que atingiu a maioria política, a segurança nacional, quanto ao seu conteúdo sistemático essencial, é assunto eminentemente público; seu caráter reservado somente diz respeito à aplicação incidental de seus critérios. Isto não é dito aqui sem propósito. É fácil compreender que, pela natureza de suas funções, os órgãos de execução da segurança nacional devam agir ordinariamente sob reserva. O funcionário de tais órgãos, vivendo constantemente uma situação de que a reserva é constitutiva, está exposto a sucumbir a uma deformação funcional que o leva a extrapolar o princípio da discrição. No entanto, na medida em que a segurança nacional vise à defesa da nação, em sua substância, o povo, e não de um aparelho estatal confinado ou em suspensão no meio social, os seus critérios fundamentais não podem resultar de elaboração de gabinete. Não existem razões de segurança nacional que possam prevalecer sobre a vontade política da nação. Essas razões, ao contrário, devem refletir, devem traduzir a orientação dominante na política interna do país. É destituída de autoridade e de representatividade qualquer forma de

segurança nacional cujos objetivos contrariem os da tendência política dominante no interior do país. Por consequência, o sistema de segurança nacional será tanto mais autêntico e representativo quanto mais dotado de plasticidade e sensibilidade que lhe permitam acompanhar as variações do sentido geral da política de uma comunidade nacional em período de acelerada transformação. Os fundamentos da segurança nacional não são abstratos; são ideológicos. Ela cumpre um papel determinado por uma configuração político-ideológica definida. A estratégia e a tática da segurança nacional no Brasil de nossos dias envolvem indagações de imensa complexidade. Nesta mesma exposição registramos o grau de perplexidade na conduta dos quadros de liderança e direção da sociedade brasileira diante dos fatos novos que despontam e cujo significado ainda não apreenderam satisfatoriamente. Dependem da superação daquela perplexidade a nitidez e a firmeza das novas diretrizes que ultimamente se têm esboçado em círculos de nossa organização de segurança nacional, mais abertos à intencionalidade subjacente na conduta popular. Se há hoje no Brasil, um país novo, ainda disfarçado na composição institucional de um país velho, se este país novo está sendo produto de forças recém-constituídas, que nenhum obstáculo poderá neutralizar, segue-se que o aparelho de segurança nacional deve organizar-se para defendê-lo. É o compromisso com as forças criadoras que tornará os responsáveis pela segurança nacional sensíveis a toda espécie de infiltrações nocivas, econômicas, políticas e culturais, cuja eficácia e impunidade permaneceriam garantidas, en-

quanto sobrevivessem as formas de pensar correspondentes à etapa da complementaridade.

O Brasil vive, neste instante, uma nova equação existencial a que não podem ficar indiferentes as suas instâncias de poder, uma vez que estas não podem mais conduzir-se de maneira dogmática, nem sustentar-se desarticuladas dos seus suportes populares. Felizmente, no que diz respeito à vida interna do Brasil, são cada vez mais nítidos os sinais de que já se iniciou, no nível da liderança e da direção do País, o processo de liquidação dos falazes critérios de complementaridade. Pronunciamentos de governantes, de altas autoridades militares, de homens do Parlamento, de cidadãos e órgãos públicos de várias espécies, têm ocorrido ultimamente, perfilhando atitudes que, não há muito, seriam temerárias. Tais atitudes atestam a idoneidade e a representatividade dos seus autores. Seria, porém, mais rentável para o nosso processo emancipatório, que não fôssem, como na maioria das vezes, incidentais, tópicas, esporádicas, ditadas pela pressão imediata e incoercível dos fatos. Carecemos, neste particular, de um esforço de sistematização da norma já inserida na comunidade nacional, da sua transposição da vivência punctiforme do interesse imediato, para a esfera de reflexão sistemática. Tal operação permitiria livrar o nosso processo emancipatório de obstáculos que o levam a descrever uma linha tortuosa e não uma linha reta. Há, de certo, uma explicação sociológica para a situação crítica dos titulares do poder. A estrutura institucional vigente impede o contato constante desses representantes com as camadas populares, expondo-os, assim, à influência de

círculos de cúpula, que fazem prevalecer diretrizes de sentido retrógrado. Não é difícil, no entanto, perceber como os nossos homens públicos ganham ou perdem substância na proporção da sua fidelidade ou infidelidade àquela exigência ética estabelecida pela coletividade. Se assim é, torna-se urgente que as instâncias do poder nacional procurem fundamentar-se nesse *ethos*, no conjunto de exigências de várias naturezas, impostas de modo crescente pelo projeto coletivo da comunidade, já afetada pela consciência de um desempenho histórico independente. Fortalecidas por êsse fundamento, poderão elas garantir a realização da reforma de estilo, imprescindível na vida interna e externa do País. Internamente, embora mediante ensaios e erros, temos avançado relativamente muito, nos últimos anos. Estão em crescente perda de eficácia os processos farisaicos de intimidação, que encobrem o propósito de impedir a expressão cultural dos novos imperativos da vida brasileira e obstar que se complete o elenco de providências necessárias à instalação de um equipamento de base que propicie a autodeterminação do País. E nada justifica acreditar num retrocesso dessas tendências, já que venceram os seus testes decisivos.

Apesar dos reparos que nos pareceram procedentes, é óbvio, no entanto, que o desempenho externo do Brasil está em nível inferior ao que atingiu a sua realidade interna. Explica-se êsse desajuste pelo confinamento que ainda mantém desvinculados da opinião popular os órgãos de nossa política externa. Nesses quadros atuam personalidades cujas disposições intelectuais e morais se impõem ao conceito

mais rigoroso, não apenas quanto à sua qualificação, como no tocante à sua sensibilidade ao interesse brasileiro. Comparecemos, porém, no cenário internacional, em posição menos eminente do que a de países cujos suportes econômicos internos são inequivocamente mais frágeis do que os nossos, porque, no setor da nossa representação externa, como em outros, se interrompe o influxo da base popular. Seria leviano negligenciar a implacabilidade das sanções que uma tentativa de desempenho independente no jôgo das forças mundiais suscitaria. São cruéis os antecedentes próximos que, neste particular, se registram na história contemporânea. Mas é também da história contemporânea que se pode induzir êste verdadeiro princípio político: *nenhum povo, alçado ao âmbito vestibular de sua revolução nacional, deixa de fazê-la, ainda que a custa dos mais ingentes sacrifícios materiais.* A revolução nacional, esclareça-se logo, não está necessariamente associada aos eventos dramáticos que constituem o cortejo habitual das insurreições e quarteladas. Têcnicamente, e nesse sentido é que usamos a expressão, consiste na mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior. Em nossos dias, todos os países que realizaram sua revolução nacional esforçam-se em fazer de sua política externa um campo tático de promoção do seu desenvolvimento. Sua maioria histórica exhibe-se na aptidão que revelam para libertar-se de posições caudatárias. A firmeza de tal conduta supõe uma perfeita articulação das instâncias de poder com as massas populares.

É dessa articulação que carece o Brasil para ultimar a sua revolução nacional. Trata-se de uma tarefa concreta, posta diante de todos nós, para cuja execução já existem os dados brutos, faltando apenas, a fim de ser empreendida lúcida e plenamente, um elemento anímico — a nossa vontade. Um desses dados é de caráter universal e consiste na crise, auspiciosa para nós, do poder mundial. Não existe mais apenas um centro unificador do mundo. Mesmo a bipartição daquele poder, até há pouco predominante, tende a desfazer-se com a redistribuição das forças internacionais imposta pela atuação reivindicadora de um crescente número de países que, de concerto ou isoladamente, assumiram uma conduta dinâmica, comandada por uma decidida vontade de autoconformação cultural e econômica. Essas tensões fecundas abrem espaço no mundo contemporâneo para o desempenho histórico de um país como o Brasil. O comportamento internacional da periferia latino-americana, de que faz parte o Brasil, está longe de poder equiparar-se ao da periferia afro-asiática. Nas condições atuais da América Latina, econômicas, políticas, sociais e geográficas, ainda são escassas as reais possibilidades de emergência de uma conduta externa totalmente liberta de pressões heterônomas. O fundamento da terceira posição internacional não é um mero estado de espírito ou opção abstrata. A terceira posição sustenta-se em possibilidades reais contidas no processo de cada nação, e torna-se utópica quando essas possibilidades não existem. Não se pode estimular, deste lado do Atlântico, nenhuma veleidade utópica de terceira posição, como tenta-

ram fazer alguns países latino-americanos, com grave dano para si mesmos. Provavelmente nem mesmo uma terceira posição sistemática estaria objetivamente ao nosso alcance, no momento. Mas, entre a terceira posição utópica e a sistemática há, para alguns países latino-americanos, especialmente o Brasil, a possibilidade real de uma terceira posição empírica ou tópica. Mediante esta última, um país como o Brasil, embora admitindo em princípio uma comunidade pan-americana de interesses, não aceitaria definições abstratas deles; ao contrário, procuraria encaminhar a discussão dos compromissos internacionais para um terreno cada vez mais concreto em que, caso por caso, se pusessem em confronto as situações objetivas em jogo. Esta posição, evidentemente ao nosso alcance, como o provam algumas providências do atual Governo, entre elas a que se concretizou em recente legislação sobre nossas jazidas, assumida com lucidez, representaria, no chamado Ocidente, o fermento de uma problematização do campo hegemônico, sem a qual nenhuma nação latino-americana transporá os clássicos limites de sua condição histórica alienada. O outro dado da tarefa é a formação, nos países até agora em condição histórica tributária, de massas politizadas, ou suscetíveis de crescente politização, cujos reclamos não mais podem ser atendidos senão pelo desenvolvimento econômico. Ora, desenvolvimento econômico quer dizer ruptura dos antigos quadros de complementaridade e de dominação espoliativa de que se beneficiavam grupos oligárquicos privilegiados. Essas massas, em cada país periférico onde existam, constituem o profenômeno nacional, uma

vez que, quando convocadas por governos representativos, caucionam condutas externas de significado emancipador. Esta é a lição a ser tirada do atual panorama do mundo. O exercício da hegemonia esbarra, atualmente, em limitações ponderáveis que reduzem de modo crescente o seu antigo caráter arbitrário. E na medida em que os países latino-americanos se disponham, como outros já o fizeram, a utilizar o seu poder virtual, nos órgãos internacionais, contribuirão ainda mais para diminuir o espaço de arbítrio das grandes potências.

Podemos assim concluir que, na etapa atual do Brasil, os objetivos fundamentais do poder nacional devem ser, internamente, constituir-se como suprema instância normativa, habil para encaminhar o processo emancipatório do país, defendendo-o das forças que o ameaçam; e, externamente, tornar-se a garantia de uma política internacional que tire legitimamente o melhor partido dos acontecimentos mundiais.